

Por uma Formação Profissional de Professores

1. A proposta de revisão das habilitações e condições de acesso à docência apresentada pelo Ministério da Educação em 13 de Março de 2006 merece as mais sérias reservas. Na verdade, consideramos que Portugal precisa de professores de qualidade e, para isso, precisa de um sistema de formação inicial de professores adequado. No entanto, em vez de contribuir para a melhoria do sistema existente, a proposta apresentada aponta no sentido da sua degradação. Ora, é precisamente num momento em que as necessidades de professores em termos quantitativos se reduzem que mais facilmente se poderiam operar as melhorias qualitativas necessárias.

2. A proposta apresentada pelo Ministério da Educação afirma valorizar um conjunto de princípios que, na prática, desvaloriza. Assim, em vez de valorizar a componente *disciplinar* (como existe actualmente nas “licenciaturas em ensino”, que constituem o percurso preferencial para a formação de novos professores), propõe a sua redução a um “número mínimo de créditos ECTS” para cada área disciplinar, alargando substancialmente o leque de cursos que dão acesso a esta profissão. É evidente que, na maioria destes cursos, a preparação nas áreas disciplinares de docência será muito mais reduzida.

Além disso, em vez de valorizar a *prática profissional*, que só faz sentido integrada num curso profissional coerente, na prática desvaloriza-a, reduzindo-a a uma dimensão de simples “prática docente supervisionada”. De facto, dever-se-ia antes falar da valorização da *formação profissional do professor* – da qual a prática profissional é um elemento importante mas que só ganha sentido em diálogo e interacção com as dimensões teórica e crítica da formação do professor.

3. Mais problemático é, ainda, o facto desta proposta apresentar alguns princípios que se afiguram totalmente inadequados para a formação do professor. Assim, em vez de valorizar a *integração* das diversas componentes da formação de professores (princípio explicitado na Lei de Bases em vigor), retalha-a segundo um estranho princípio de “modulação da formação”. Deste modo, dá a entender que um professor pode formar-se através da satisfação de requisitos obtidos de forma avulsa, e não através de um processo integrado de constituição de um saber e de uma identidade profissional própria.

Além disso, em vez de consagrar o papel chave das *instituições do ensino superior com experiência na formação professores*, prenuncia o seu desaparecimento através da figura da “contratualização” consoante as necessidades. Na verdade, uma formação de professores de qualidade só pode ser feita em instituições que assumam essa actividade como elemento matricial da sua missão e cujo ensino e projecto educativo se apoiem na realização de investigação própria. A “contratualização” de acordo com necessidades pontuais gera a desqualificação das instituições, que perdem a competência específica adquirida ao fim de muitos anos de trabalho, de formação do seu corpo docente e de investigação.

4. Subjacente a esta proposta parece estar uma perspectiva do professor exclusivamente vinculado ao ensino da sua área disciplinar. Muito embora esse ensino seja um elemento essencial da actividade profissional do professor, seria redutor reduzir o seu papel ao de “aplicador” do programa. Na verdade, uma formação de professores de qualidade envolve também necessariamente uma preparação educacional aprofundada que permita uma *compreensão do seu papel na escola e na sociedade actual* e dê instrumentos para a construção de uma *relação positiva* com os alunos, os outros actores educativos e até consigo próprio. Além disso, a formação inicial tem de promover no professor a capacidade de *reflectir e investigar* sobre a sua prática e sobre os problemas da educação, conceber e avaliar projectos educativos, actuando de forma crítica para a transformação e melhoria do sistema educativo. Só com uma formação aprofundada e coerente, o professor estará preparado para enfrentar com sucesso os desafios cada vez mais complexos que enfrenta no dia a dia da vivência profissional.

5. O Ministério da Educação tem certamente legitimidade para instituir um novo sistema de *recrutamento de docentes* para o ensino público. No entanto, deve ter consciência que um exame de conhecimentos é incapaz de garantir que um candidato reúne as capacidades e competências mínimas para o exercício da docência. Na verdade, os exames tendem a gerar um tipo de preparação que muitas vezes não tem uma real correspondência com os objectivos de aprendizagem visados. Em vez de promover o desenvolvimento de uma compreensão aprofundada dos assuntos e a capacidade de interrogar criticamente as situações, tende a valorizar os conhecimentos factuais, rapidamente esquecidos. Na prática, um exame a nível nacional fomentará a formação directamente orientada para essa prova, sem qualquer acréscimo de qualidade para o sistema e sem garantir a valorização das competências indispensáveis à acção dos professores.

6. Para além das condições intrínsecas da formação inicial do professor, é importante que ela seja reconhecida socialmente, dignificada e valorizada. Se o professor é visto pela sociedade como um simples técnico com preparação reduzida, por mais qualidades pessoais e profissionais que tenha, está desarmado para exercer o seu papel. A valorização da formação do professor do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário não passa por isso pela sua redução de 5 ou 6 anos para 4 anos. Uma vez que a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo de 2005 reformulou a designação dos graus, transformando os bacharelatos em licenciaturas e as licenciaturas em mestrados, há que reconhecer que esta formação deve corresponder de agora em diante ao *grau de mestre*. Por outro lado, deve-se reconhecer a complexidade e a importância do papel do professor dos anos iniciais (educador de infância, professor dos 1.º e 2.º ciclos), pelo que há que aprofundar a sua formação de base nas áreas com incidência directa na sua actividade docente pelo que a sua formação se deve situar em nível idêntico aos dos professores dos outros ciclos.

Documento subscrito pelos professores de Universidades públicas portuguesas reunidos em Lisboa em 7 de Abril de 2006:

João Pedro da Ponte, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa

Maria Odete Valente, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa

Cecília Galvão, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa

Joaquim Pintassilgo, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa

Leonor Santos, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa

Fernanda Veiga Gomes, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa

Eduarda Coquet, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho

Francisco Borges, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho

Luisa Alonso, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho

Rui Ramos, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho

Rui Vieira de Castro, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho

Alcino Sousa Oliveira, Departamento de Geologia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

João Luís Honório Matias, Departamento de Matemática, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Joaquim José Jacinto Escola, Departamento de Educação e Psicologia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

José Carlos Costa Pinto, Departamento de Educação e Psicologia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Maria da Conceição Azevedo, Departamento de Educação e Psicologia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Maria Helena Ramalho, Faculdade de Letras, Universidade do Porto

Luís Grosso Correia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto

Rosa Bizarro, Faculdade de Letras, Universidade do Porto

Ana Isabel Azevedo, Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa, Universidade de Aveiro

Gabriela Portugal, Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro

Manuel Joaquim Saraiva, Departamento de Matemática, Universidade da Beira Interior

Maria Luísa Branco, Departamento de Pedagogia e Educação, Universidade da Beira Interior

Alda Pereira, Departamento de Ciências da Educação, Universidade Aberta

José Alves Dinis, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa

António Domingos, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa

Vítor Duarte Teodoro, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa

João Nogueira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Clárisse Costa Afonso, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Luís Miguel Sebastião, Departamento de Pedagogia e Educação, Universidade de Évora

Jesus Maria Sousa, Departamento de Ciências de Educação, Universidade da Madeira